

CLIPPING IMPRESSO

26/01/2020



INDICE

1. JORNAL PEQUENO	
1.1. INFORMATIVO.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2 - 4

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



O Brasil despreza a democracia

Como disse no livro 'A Política' o filósofo grego Aristóteles (384 a.C./322 a.C) "se é verdade, como muitos imaginam, que a liberdade e a igualdade constituem essencialmente a democracia, elas, no entanto, só podem aí encontrar-se em toda a sua pureza, enquanto gozarem os cidadãos da mais perfeita igualdade política".

Ao longe e desconectados da reflexão de Aristóteles, os apocalípticos de plantão insistem em reafirmar a vitalidade da contraditória e combalida democracia brasileira, com o povo limitado às regras do jogo político, siglas partidárias concorrendo por votos como mercadores, alienando eleitores, impedindo-os de romperem com o imobilismo dominante na sociedade.

Destituída do caráter de "governo do povo, pelo povo, para o povo" e sem os mecanismos de inclusão dos anseios populares no sistema político nacional, nossa democracia tem sido incapaz de oferecer à sociedade as condições concretas para a revitalização da cidadania e abrir caminho para uma equidade entre os sujeitos políticos.

Assim, ela segue domesticada e solapada, cada vez mais restritiva, mantendo o povo longe dos centros de controle de decisões com o poder monopolizado por alguns grupos políticos em detrimento de outros, numa forma de desigualdade política entre tomadores de decisão e as massas populares.

É necessário repolitizar a legitimidade da democracia no país, o que equivale a restaurá-la, pois o povo perdeu a confiança na República das Medidas Provisórias e na lei dos órgãos políticos representativos cada vez mais em desarmonia com a vontade, aspirações e interesses existenciais da população, cuja participação política é limitada ao mero voto, cessando logo depois do pleito eleitoral, quando o eleitor não encontra mais mecanismos de controlar o candidato escolhido, uma vez que este após ser empossado afasta-se das bases, freando as reivindicações populares.

No lugar da ideia de poder do povo, criou-se no Brasil um sistema de governantes e governados, ficando esquecida por completo a bandeira da soberania popular, expondo as contradições de uma democracia sem estratégias para resolver impasses em questões de interesse público e incapaz de ajustar-se aos novos tempos.

O mecanismo eletivo é essencial, mas o povo também pode exprimir suas inquietações políticas de outras maneiras. Como disse o filósofo italiano e historiador do pensamento político, Norberto Bobbio, "democracia sem a efetiva participação política do povo nos governos, mal esconde a dominação oligárquica dos mais ricos". Ou seja, a democracia não se instaura nem sobrevive sem a efetiva participação política da sociedade nas decisões políticas.

Embora soberana no plano jurídico, no plano político a crença de liberdade democrática com intervenções diretas do cidadão no processo político brasileiro confronta-se com uma participação popular objetivada aos limites eleitorais, na progressiva alienação do cidadão-eleitor e o aprisionamento do Estado por determinados grupos, que se utilizam de mecanismos viciados para se manterem no poder. Num país forjado na escravidão e solapado pela negligência histórica dos governantes em garantir ao conjunto da população os mais comezinhos direitos políticos, civis e sociais, a situação agrava-se ainda mais com o avanço do receituário neoliberal que prega uma democracia de aparências, sem essência.

Temos uma democracia de fachada, com governantes com poderes ilimitados e ideias falsas, vivendo em um Brasil paralelo, descolados da realidade, impedindo o cidadão de definir qual papel quer que o Estado desempenhe em sua vida e dentro de quais limites o poder estatal atuará.

No Brasil, o regime é igualitário, mas a sociedade é desigual e as ideias são contraditórias, numa democracia de papel onde as elites políticas dominantes fingem que levam em consideração o desejo das massas, num constante processo de erosão no já falido sistema político vigente. Apesar de a Constituição ter redefinido a democracia e o respeito aos direitos humanos como pilares do Estado brasileiro, não houve concretamente no país um avanço decisivo na construção de um novo caminho rumo à democracia plena, capaz de fazer com que as transformações reais sejam integralmente conquistadas pela atuação das forças democráticas.

Nossa democracia tem ainda muitos limites que infelizmente ainda não foram ultrapassados, diante da dificuldade para se chegar a consensos sobre mudanças estruturais, devido à resistência de alguns beneficiários do sistema ditatorial que até hoje continuam mandando no país.

No Brasil, a democracia tornou-se uma daquelas palavras vazias de sentido. Como é usada para descrever tudo aquilo que não é um regime político autoritário, tendemos a não ver os tons de cinza entre o branco e o preto.

A democracia brasileira está de tal modo descaracterizada que só por inércia ou distração se pode considerar como tal, com muitos partidos cheios de contradições e enredados em remendos parciais alheios num processo político disfuncional, sem fidelidade com o povo.

Eles reproduzem as heranças coloniais remetendo-nos ao tempo do surgimento da democracia na Grécia (510 a.C) onde prevalecia a ideia de que ela (a democracia) deveria ser um sistema político alternativo à tirania, possibilitando um ambiente social de livre argumentação, para que propostas antagônicas pudessem ser debatidas, evitando que os desacordos ideológicos fossem resolvidos pela força.

O regime democrático instituído na época tinha por princípio básico a noção de que "todos os cidadãos têm o mesmo direito perante as leis". Entretanto, havia uma contradição, pois na Grécia apenas os homens atenienses maiores de 21 eram considerados cidadãos, ficando excluídos da vida política as mulheres, os estrangeiros, os escravos e os jovens. A democracia ateniense vendida ao mundo como perfeita e irretocável era, portanto, elitista, patriarcal e escravista, uma vez que apenas uma pequena minoria de homens proprietários de escravos poderia exercê-la.

A exemplo do que ocorreu na Grécia, o que se observa no Brasil não é democracia e sim enganação ilusória com nome de democracia.

Vivemos num regime que se disfarça com um verniz democrático. Embora o ideal democrático continue a captar a imaginação dos que aspiram uma sociedade que combine a liberdade com a justiça social, nossa prática política nos distancia cada vez deste ideal. Isso tem criado um cenário potencialmente destrutivo para o modelo de democracia que sonhamos para o Brasil, que nos seus mais 500 anos de história segue deixando muitas lacunas no meio do caminho e gigantescas.



Bom Dia Sociedade

Nossa conversa de todas as segundas-feiras



Orquídea Santos
 orquideafsantos@yahoo.com.br



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu, na quinta-feira (23), visita de cortesia do presidente eleito da Associação Comercial do Maranhão (ACM), Cristiano Fernandes que entregou ao desembargador Joaquim Figueiredo, convite da solenidade de sua posse que acontece no dia 5 de fevereiro, no Salão Nobre Arnaldo Ferreira, na sede da Associação Comercial do Maranhão, no Centro Histórico de São Luís. Ele estava acompanhado do seu pai, empresário Luís Carlos Cantanhede; do vice-presidente para Assuntos Tributários e Encargos Sociais da ACM, Ulisses Sousa, e do assessor jurídico da ACM, Antonio Gaspar (Foto: Ribamar Pinheiro)



Edificação

O Tribunal de Justiça e a Universidade Federal do Maranhão estão firmando parceria para instalação do Laboratório de Edificações e Eficiência Energética, que terá como uma de suas atividades a certificação das obras de reforma e construção do Judiciário maranhense. Com a parceria, o Judiciário diminuirá custos com a contratação de terceiros para ter obra certificada como sustentável, a exemplo da reutilização de água, acessibilidade, energia fotovoltaica e eólica e outras para o desenvolvimento sustentável.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Encontro

Na manhã desta sexta-feira, 24, o reitor Natalino Salgado foi recebido pelo desembargador Joaquim Figueiredo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), para discutir, entre outros assuntos da pauta, o desenvolvimento de um projeto para a formação de um laboratório de edificações e eficiência energética, que terá como uma das atividades a certificação das obras de reforma e construção do setor judiciário maranhense, buscando o desenvolvimento sustentável interinstitucional.

O presidente do TJ-MA valorizou o encontro e enfatizou a união das instituições para o desenvolvimento da susten-



tabilidade no judiciário maranhense. "Temos a felicidade de manter essa parceria com a Universidade e receber os professores Natalino Salgado e Fernando Carvalho, além do

desembargador Jorge Rachid, presidente da Comissão Socioambiental do Tribunal de Justiça, para dar maior ênfase a esta parceria e à produção desse laboratório", afirmou.